



Ata da 1ª sessão interdepartamental, extraordinária, realizada aos 19/08/2015, na Sala da Congregação (D-317), sob a presidência de Caio Gracco Pinheiro Dias e com a presença dos membros docentes: Alessandro Hirata, Alexandre Naoki Nishioka, Camilo Zufelato, Emanuelle Urbano Maffioletti, Guilherme Adolfo dos Santos Mendes, Iara Pereira Ribeiro, Jair Aparecido Cardoso, Márcio Henrique Pereira Ponzilacqua, Sérgio Nojiri, Umberto Celli Junior, Víctor Gabriel de Oliveira Rodríguez; e dos membros discentes: Francisco Antônio Zanotto Consiglieri Júnior (DFB), Laudevino Bento dos Santos Neto da Silveira (DDP), Otávio Augusto Righetti Dal Bello (PG), Pedro Augusto Lisboa Heck (DPP), Vitor Luis Pavan (DDP). Tiveram ausência justificada: Benedito Cerezzo Pereira Filho, Cíntia Rosa Pereira de Lima, Cristina Godoy Bernardo de Oliveira, Cynthia Soares Carneiro, David Diniz Dantas, Flavia Trentini, Gustavo Saad Diniz, Jonathan Hernandez Marcantonio, Luciano de Camargo Penteado e Rubens Beçak. Com a autorização das chefias dos departamentos, a sessão foi aberta aos alunos interessados. Estiveram presentes, dentre eles, Maurício Buosi Lemes e Saulo Simon Borges, membros da comissão para revisão do PPP, Juliana Fontana Moyses, Gubran Mohamed Somaili Arroyo e Tulio Belem de Andrade. Às doze horas e quarenta e dois minutos, em terceira e última chamada, foi aberta a sessão. I - ORDEM DO DIA 1 - Sessão extraordinária para discussão do Projeto Político-Pedagógico (PPP) com a presença dos três conselhos departamentais. O professor Caio explicou que o Projeto Político-Pedagógico já vem sendo discutido há mais de um ano, contando, inclusive, com a realização de um congresso para a discussão do PPP, e, por se tratar de uma faculdade onde os três departamentos atuam no mesmo curso, é necessário ter a aprovação interdepartamental, pois as mudanças afetaram os três departamentos. Esclareceu também que, nas reuniões da comissão para revisão do PPP, foram levantadas as seguintes questões: a) a natureza integral do curso; b) flexibilização do currículo: diminuir o número de disciplinas obrigatórias e ampliar o de optativas; c) o formato de aulas (expositivas); d) os objetivos do curso; e) como diluir, entre os anos de curso, as disciplinas de formação fundamental; f) a percepção de que o quinto ano está esvaziado; g) como equiparar o estágio curricular obrigatório com o curso integral, entre outros. O presidente da sessão informou que ainda não há um texto definitivo do PPP e que a minuta apresentada aos conselheiros foi redigida pelo professor Nuno. Disse, também, que a grade horária apresentada foi montada por ele, juntamente com os alunos Maurício e Saulo. Citou a baixa adesão dos docentes nas reuniões de discussão do Projeto Político-Pedagógico e, como lembrou o diretor da FDRP, Umberto Celli Junior, que deverá haver um período de adaptação até a implementação total da nova grade, uma vez que haverá





alunos que entraram no curso com a grade antiga e outros cuja grade já estará no novo formato. Dada a palavra ao professor Guilherme, que disse não ter entendido que a reunião seria deliberativa e que, no seu entendimento, as comissões devem se reunir e depois apresentar as propostas aos demais. Ressaltou que a sessão estava muito esvaziada de membros docentes. Após, o professor Víctor comentou que, num curso de direito, existem questões ideológicas e que a mudança da grade, como proposta, afetaria algumas dessas questões. Disse, ainda, que as temáticas mais simples, como a flexibilização das aulas são mais prementes que a mudança do PPP. Dada a palavra ao professor Nojiri, ele esclareceu que a reunião era, sim, deliberativa, pois a discussão já vem acontecendo e que, agora, foram levantadas algumas questões que não eram tão polêmicas, e que a participação da comunidade docente na discussão do PPP deixou a desejar. O professor Camilo, também membro da comissão para revisão do PPP, propôs um encaminhamento: a dilação do prazo dessa discussão até novembro de 2015. Os professores Jair e Emanuelle contribuíram dizendo que ficou claro ser necessário ajustar alguns pontos. O professor Jair sugeriu a implementação de um fórum permanente. Quanto a isso, o presidente da sessão comentou ser necessária, na unidade, a criação de uma comissão de coordenação de curso, que hoje existe em unidades com mais de um curso, mas que, conforme a demanda, ele julga ser importante também para a FDRP. Comentou que o curso cresceu muito e que haveria duas alternativas: 1ª - abandonar o modelo de disciplinas e fazer em módulos; 2ª - que o aluno saiba o básico de cada disciplina. Com a palavra, o professor Camilo disse que se deve manter o que ficou claro nas primeiras discussões e discutir o restante nas próximas. Passada a palavra à aluna Juliana Moyses, ela esclareceu que a atual grade não permite que os alunos se dediquem àquilo que mais lhes chama a atenção no direito, pois a grade horária contempla disciplinas obrigatórias até o quarto ano, o que os engessam. Quanto a isso, o professor Víctor comentou que não é possível cursar apenas as disciplinas de que gosta, entretanto, o professor Camilo explicou que, na nova grade, com menos disciplinas obrigatórias, os alunos teriam, sim, disponibilidade para estudar os assuntos de que mais gostam. O professor Caio disse que acha interessante conversar no momento sobre o calendário e adiar para próximas reuniões a discussão sobre as diretrizes. Propôs que se estabelecesse um prazo até o final de outubro para discutir entre os departamentos; dezembro na Comissão de Graduação, e março de 2016 na Congregação. Os conselheiros concordaram em marcar reuniões à noite e deixaram, pré-agendada, a próxima reunião para 25 de agosto, terça-feira próxima, às 19 horas. Nada mais havendo a tratar, o professor Caio Gracco Pinheiro Dias, presidente desta



sessão, deu por encerrada a reunião às 13 horas e 50 minutos. Do que, para constar, nós, Daniela Veríssimo Gomes, Josiane Caetano de Oliveira e Luiz Gustavo Teixeira Neves, secretários, lavramos e digitamos esta ata, que será examinada pelos membros presentes à reunião em que for discutida e aprovada, e por nós assinada. Ribeirão Preto, 21 de agosto de 2015.